

## SOCIEDADE, TEMPO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Jânio SANTOS\*

Linha de Pesquisa: Espaço Urbano

Nível: Doutorado

Os processos de transformação e apropriação do espaço são para a investigação geográfica, dimensões analíticas necessárias à compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade. Isto é posto partindo do princípio de que o espaço é, concomitantemente, produto, condição e meio da realização do trabalho humano, significando dizer que o mesmo é produzido socialmente (CARLOS, 1994).

A paisagem, neste debate, erige-se como uma categoria analítica relevante na medida em que “reflete” (ou, contraditoriamente, oculta) as ações sempre direcionadas pelos homens no processo de produção do espaço, refletindo (ou ocultando), portanto, objetivos políticos, econômicos, ideológicos e culturais de uma dada sociedade.

Estes são, *a priori*, os princípios que norteiam a análise geográfica e a compreensão (total) da produção (social) do espaço. São, deste modo, os mesmos que conduzirão as reflexões aqui desenvolvidas sobre as transformações ocorridas no Largo da Carioca tanto numa perspectiva temporal quanto espacial.

Antes, contudo, dois conceitos necessitam de uma discussão precedente (produção do espaço e paisagem) com o intuito de possibilitar um entendimento mais enraizado sobre a investigação proposta.

No que diz respeito ao primeiro, sabe-se que há muito tempo a Geografia superou a compreensão (reduzida) do espaço simplesmente enquanto extensão, localização e distribuição dos objetos sociais e/ou naturais. Neste pressuposto teórico o mesmo era

---

\* Doutorando em Geografia pela UNESP – Presidente Prudente / Professor Assistente do Departamento de Geografia – UFSB. E-mail: [janiosantos@yahoo.com.br](mailto:janiosantos@yahoo.com.br)

apreendido como o palco, passivo e neutro, onde ocorriam as ações e fenômenos, respectivamente, da sociedade e da natureza. As proposições de Lefebvre (1974), dentre outros autores, incorporadas às transformações no pensar à ciência geográfica da década de 70, deram relevante contribuição para o movimento de superação desta perspectiva teórico-metodológica. Assim sendo, passou-se a conceber o espaço enquanto um elemento dinâmico, gênese de um processo. Como fora supracitado, produto, condição e meio da realização do trabalho humano num determinado tempo histórico. Portanto, ele não deve ser apreendido como um elemento neutro e passivo no acontecer da sociedade; tem que ser concebido como imprescindível à reprodução da sociedade em suas diversas instâncias: social, política, econômica, ideológica e cultural. Demonstra, destarte, que o espaço é um produto/produtor das necessidades do homem. Revela suas intenções, seus objetivos e contradições.

A paisagem é, concomitantemente, uma categoria e um conceito relevante na compreensão do processo de produção do espaço, respectivamente, da sociedade. Para Milton Santos, é definida como a dimensão do visível (SANTOS, 1997a), comportando um sistema de objeto e de ações (SANTOS, 1997b). Ela traduz (ou oculta) as contradições imprimidas no espaço a partir do seu processo de produção. Outrossim, enquanto uma dimensão histórica, representa um “acúmulo desigual de tempos”, bem como a diversidade das/nas formas de apropriação do espaço pelo homem (SANTOS, 1997c).

Partindo destes dois pressupostos pode-se, portanto, discutir o Largo da Carioca, ou melhor, as contradições da/na produção deste espaço urbano no decorrer de um determinado tempo histórico; uma análise geográfica interessante, contudo, complexa.

Percebe-se que até o século XVIII os objetos geográficos que compõem a paisagem estão devidamente articulados ao contexto histórico/social da época. A produção voltava-se para a atividade rural. Os limitados usos de tecnologia, se analisadas a partir dos dias atuais, correspondem à construção de uma paisagem na qual os

elementos naturais estão pouco transformados e as ações humanas ainda não atingiram o ápice da lógica de acumulação do capital, principalmente, nos primeiros séculos.

A partir do século XVIII, as necessidades da legitimação e produção da sociedade capitalista passam a imprimir na paisagem a lógica da acumulação e da produção do espaço voltada para a produção de um novo homem: o homem urbano. O processo de concentração, pelo menos no seu início, torna-se visível, e se constrói negando o rural com o intuito de legitimar a sociedade urbana; uma das condições necessárias à implantação do capitalismo emergente – o industrial.

Mas não é apenas a lógica da produção do capital pela acumulação que é notória. A lógica da circulação, necessária à realização da mais-valia (MARX, 1996) exige transformações na paisagem, suscitando a construção de vias de acessibilidade e de circulabilidade, ainda que precárias e incipientes.

O século XIX registra o início da construção de uma nova sociedade urbana, típica dos primórdios da Revolução Industrial. No entanto, o que é mais significativo é o processo de privatização do espaço a partir das variadas formas da valorização do solo (construção de vias, prédios, praças, etc). Para Moraes (1993), é a incorporação destes elementos que imprimi e codifica o valor ao espaço, convertendo-o em uma mercadoria, apropriada pela sociedade, de acordo com sua classe. É, portanto esse próprio processo que, a partir da lógica contraditória do capitalismo, produz a sociedade segregada, hierarquizada; que produz o “espaço dos que mandam e o espaço dos que obedecem” (SANTOS, 1979).

O século XX registra a consolidação e a produção de uma sociedade urbanizada, resultante, dentre outros aspectos, do processo de industrialização pelo qual passou parte do mundo e que, paulatinamente, vai se incorporando à sociedade brasileira. Se, no princípio, a cidade era o local das trocas, seja dos produtos produzidos pelas nações mais industrializadas, seja dos produtos produzidos pelo Brasil na época (têxteis e alimentícios), de acordo com a divisão territorial do trabalho, aos poucos vai sendo

fortalecido o seu papel enquanto *locus* da acumulação e concentração de outros capitais, além do oriundo da indústria; o capital financeiro, por exemplo.

No século XX, as sucessivas necessidades para a composição deste sistema de trocas e acumulação legitimam a substituição do velho e do moderno, pelo novo, pelo pós-moderno. O processo de verticalização, típico das grandes cidades em nível mundial, principalmente das metrópoles, corrobora com a lógica da acumulação capitalista e da centralização das tomadas de decisões no espaço urbano.

A construção do homem urbano, segundo Damiani (1996), leva-o a sua desumanização, pois o produtor é subjugado pelo produto. Para Lefebvre (1991), o "sujeito passa a ser submisso à obra". Mas este processo não se desenvolve de forma involuntária. É, na realidade, uma construção necessária e relevante para a produção desta nova sociedade, que aliena o homem; que intensifica e recria sua separação em classes, de acordo com os interesses políticos e econômicos.

De certa forma, no final do século XX, percebe-se o pleno processo de valorização do espaço urbano, agora, negando a sociedade da produção (modelo típico do período pós Revolução Industrial) e legitimando a sociedade não-produtiva que está alicerçada na expansão dos serviços e no sistema pós-fordista, definida por alguns teóricos como padrão típico do período pós-moderno, fundamentado no modelo de acumulação flexível.

A leitura da paisagem urbana no final do século XX remete à análise a perceber a proeminência da diversidade e do domínio da tecnologia e da cientificidade na paisagem urbana, que não se releva apenas como uma exterioridade da capacidade técnica, mas como o engenho de uma nova cultura. Teoricamente, poderia sugerir a leitura de um homem que plenamente evoluiu no despertar da coletividade ao longo do tempo.

Entretanto, contraditoriamente, faz emergir a convicção de que é em veracidade uma sociedade, produto da lógica capitalista, que se produz a partir da (re) produção da desigualdade: à

acumulação está justaposta à segregação. Dessa forma, o espaço observado por todos, não é nem consumido por todos, nem apropriado por todos. Conduz a discussão do Largo da Carioca para sua compreensão enquanto espaço da vida; o espaço pensado na coletividade, nas trocas para e pelos homens.

Nesta direção, percebe-se que a cidade não é produzida para a produção da vida humana, mas para o consumo humano. É ele quem determina as trocas. Deveria-se, no entanto, pensar a construção do espaço e do homem voltados para a cidadania, não para o consumo apenas. Como argumenta Milton Santos (1987), "deve-se buscar o cidadão, não o usuário". Assim sendo, questiona-se: seria o Largo da Carioca o espaço voltado para a vida do homem? Como o mesmo codifica as trocas entre os homens pela sua coletividade, negando o consumo apenas?

São questionamentos pautados nas análises de Rodrigues (1988), Carlos (1991), preocupadas com o entendimento da cidade enquanto *locus* da produção de um novo homem.

A produção do Largo da Carioca foi historicamente desenvolvida para construir o homem consumidor, construindo elementos que legitimam a concentração do capital. Quem se apropria do espaço, bem como as ações políticas que levaram a sua construção e valorização, buscavam a segregação pela acumulação. As trocas nele realizadas, necessárias à própria produção do homem, revelam-se como firmamento da negação do direito à cidade, pois são trocas pelo consumo da cidade e não do seu uso. Superar este modelo de construção da cidade pode ser o caminho a percorrer.

É nesta perspectiva que a Geografia contribui para o entendimento da cidade enquanto espaço do homem coletivo e solidário. Analisa, contraditoriamente, a cidade enquanto espaço da (des)humanização do homem, para mostrar novas ações que possibilitariam a construção de uma nova humanização do homem, solidário e coletivo, cujas trocas desenvolver-se-iam para e pelos homens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DAMINANI, A. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1996.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MARX, K. **Para a crítica da Economia Política do capital**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **A valorização do espaço**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- \_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997c.
- \_\_\_\_\_. **Espaço do Cidadão**. 3ª Edição. Nobel, São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1979.